

Dívida cresce 17%, mas melhora o perfil de vencimentos

Rodrigo Bittar
De Brasília

O estoque da dívida pública mobiliária federal foi de R\$ 731,4 bilhões em 2003, com crescimento de 17,36% sobre o ano anterior, mas dentro da "banda" estabelecida no início do ano, que variava de R\$ 690 bilhões a R\$ 750 bilhões. A administração da dívida registrou expressiva melhora no perfil de vencimentos, segundo os dados divulgados ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy. Houve aumento na participação dos papéis prefixados e grande redução dos títulos cambiais, apesar de um descalibramento na participação dos títulos indexados à taxa Selic, um dos poucos indicadores que ficaram fora dos limites máximo e mínimo definidos pelo Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida para 2003.

O colchão de liquidez do Tesouro subiu e está pouco acima dos R\$ 60 bilhões, o suficiente para quitar os vencimentos dos próximos cinco meses, mesmo que não haja qualquer emissão no período e sem considerar o superávit primário. "Em dezembro de 2002, o colchão existente garantia o pagamento de apenas dois meses", comparou Levy.

Também houve uma queda no prazo médio da dívida e uma redução no percentual da dívida que vence nos próximos 12 meses. Sobre esse último indicador, o Tesouro ressaltou que ele foi influenciado por uma mudança metodológica que incluiu os vencimentos dos cupons de juros, aumentando os valores dos vencimentos de curto prazo.

O estoque da dívida pública federal total cresceu nominalmente 8,1%, passando de R\$ 893,3 bilhões no fim de 2002 para R\$ 965,8 bilhões em dezembro do ano passado, resultado dentro das faixas estabelecidas pelo PAF (R\$ 940 bilhões e R\$ 1,020 trilhão). "Apesar dessa variação, é importante ressaltar que ele ficou abaixo do crescimento nominal do PIB", destacou o secretário-adjunto do Tesouro, José Antonio Gragnani.

A participação dos papéis cambiais no total da dívida pública interna em títulos caiu para 10,8% no fim do ano passado, em comparação aos 22,4% em dezembro de 2002, sem considerar os contratos de swap. Com essas operações, a variação desses títulos atrelados à moeda

norte-americana passou de 37% para 22,1% no mesmo período.

Os títulos prefixados tiveram uma robusta elevação de patamar, passando de 1,5% para 9,5% sobre o total da dívida, comparando-se dezembro de 2002 com o mês passado. O PAF previa uma variação no volume desses papéis de 5% a 15%.

Já os papéis indexados à Selic também tiveram aumento na sua participação no estoque da dívida, embora o PAF previsse o contrário. O plano do governo era reduzi-los para até 60%, mas, na composição da dívida, esses títulos subiram de 60,8% em 2002 para 61,4% em 2003.

"Ficamos um pouco fora do limite da Selic porque privilegiamos a troca de cambiais por prefixados. Neste ano, vamos fazer um trabalho específico no sentido de reduzir os pós-fixados", comentou Gragnani. "A Selic ficou um pouco acima, mas em compensação baixamos a participação dos cambiais além do previsto. Um é espelho do outro", acrescentou Levy.

Outro item que ficou desengavanhado do que o PAF estabelecia foi o prazo médio da dívida que deveria ter ficado entre 34 meses e 38 meses, mas fechou o ano em 31,3 meses, abaixo até do que foi registrado em dezembro de 2002 (33,2 meses). O alongamento da dívida não foi observado, segundo o Tesouro, por causa da não emissão dos R\$ 18 bilhões de Certificado de Variação Salarial (CVS) inicialmente previstos (foram efetivamente emitidos R\$ 586 milhões), em função do rito de elevação desses passivos haver levado mais tempo do que o estimado inicialmente. O relatório do Tesouro ressaltou, no entanto, que esses títulos são de longo prazo, com vencimentos em 2027.

A dívida pública interna de curto prazo, a vencer nos próximos 12 meses, caiu de 41,1% no fim de 2002 para 35,3% do total em dezembro de 2003. O Tesouro Nacional informou que o percentual passa a incorporar os juros de cada vencimento do período. "Entendemos que a metodologia mais adequada deveria incluir os cupons de juros, uma vez que estes também representam necessidade de financiamento", diz o Relatório Anual da Dívida Pública 2003, divulgado por Joaquim Levy.

O documento apresentado pelo Tesouro Nacional atribui

metade do crescimento do estoque da dívida à recuperação da demanda doméstica pelos títulos da dívida pública, o que levou à redução do volume de operações de mercado aberto efetuadas pelo Banco Central.

"A redução na liquidez do mercado monetário, por meio da emissão líquida de títulos pu-

blicos, reverteu o processo ativado a partir de abril-maio de 2002", ressaltou o documento.

Ainda pelo lado da oferta, o secretário do Tesouro ressaltou a implantação do novo sistema de dealers do mercado financeiro em geral, no qual as operações com títulos do Tesouro passaram a ter maior participação.

Entre os benefícios do novo sistema, o secretário do Tesouro citou a venda de papéis federais pelos preços médios apurados nas ofertas públicas do Tesouro Nacional e a compra de títulos públicos federais, a preços competitivos, previamente definida como restrita à instituição financeira.